



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.3.0029520-8

Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento à Cláusula 4.3.3.6 do Plano de Recuperação Judicial da Oi e de suas subsidiárias aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (“Plano de RJ”), e nos termos do art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e na forma da Instrução CVM nº 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que no dia 26 de outubro de 2018 o Conselho de Administração da Companhia se reunirá para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia mediante a emissão privada de novas ações ordinárias (“Ações Ordinárias”), no valor de R\$ 4.000.000.000,00 (“Aumento de Capital – Novos Recursos”), na forma prevista na Cláusula 6 do Plano de RJ.

A Oi esclarece que a divulgação do Aviso aos Acionistas contendo os termos e condições do Aumento de Capital – Novos Recursos e a abertura do prazo para exercício do direito de preferência pelos seus acionistas, nos termos do art. 171 da Lei 6.404/76, ocorrerão oportunamente, após a aprovação do Aumento de Capital – Novos Recursos.

A Companhia informa que, conforme previsto no item [a] [i] da Cláusula 4.3.3.6 do Plano de RJ, os titulares de bônus de subscrição (“Bônus de Subscrição”) emitidos no aumento de capital mediante a Capitalização de Créditos Quirografários dos Bondholders Qualificados, aprovado e homologado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 05 de março e 20 de julho de 2018, respectivamente, poderão exercer o direito de subscrição de Ações Ordinárias de emissão da Companhia conferido pelos Bônus de Subscrição, de acordo com os termos e condições adiante descritos.

Observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e pelo Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), os Bônus de Subscrição serão exercíveis, a exclusivo critério de seu titular, no prazo de 92 dias contados a partir de 03 de outubro de 2018 (inclusive), ou seja, até o dia 02 de janeiro de 2019 (inclusive) (“Período de Exercício”), da seguinte forma:



- (i) os titulares de Bônus de Subscrição custodiados na Central Depositária de Ativos da B3 [“Central Depositária”] deverão exercer o direito conferido pelos Bônus de Subscrição por meio de solicitação de exercício a ser efetuada por meio de seu agente de custódia à B3, obedecidos os prazos estipulados pela B3; ou
- (ii) os titulares de Bônus de Subscrição custodiados no Banco do Brasil deverão exercer os direitos conferidos pelos Bônus de Subscrição por meio de solicitação de exercício efetuada por escrito à Companhia, comparecendo a qualquer agência do Banco do Brasil e preenchendo o formulário correspondente.

De modo a conciliar o Período de Exercício dos Bônus de Subscrição com os prazos aplicáveis ao Aumento de Capital – Novos Recursos, o Conselho de Administração da Companhia se reunirá em três datas distintas para verificar a quantidade de Bônus de Subscrição exercidos até dois dias úteis antes de cada reunião, e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrições, da seguinte forma:

- (i) em 26 de outubro de 2018, o Conselho de Administração irá verificar a quantidade de Bônus de Subscrição exercidos por seus titulares até 24 de outubro de 2018 [inclusive] e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrições [“1ª Data de Corte”];
- (ii) em 05 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração irá verificar a quantidade de Bônus de Subscrição exercidos por seus titulares até 03 de dezembro de 2018 [inclusive] e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrições [“2ª Data de Corte”]; e
- (iii) em 04 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração irá verificar a quantidade de Bônus de Subscrição exercidos por seus titulares até 02 de janeiro de 2019 [inclusive] e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrições [“3ª Data de Corte”].



Observados os prazos estabelecidos pela B3 e pelo Banco do Brasil, os titulares de Bônus de Subscrição que tenham interesse em receber Ações Ordinárias com o fim de participar do exercício do direito de preferência relativo ao Aumento de Capital – Novos Recursos deverão exercer seus respectivos Bônus de Subscrição até a 1ª Data de Corte [inclusive] prevista no **item (i)** acima, de forma a receber as Ações Ordinárias correspondentes antes da data de corte a ser determinada pelo Conselho de Administração para o Aumento de Capital – Novos Recursos. Ações Ordinárias emitidas aos titulares de Bônus de Subscrição que exercerem seus Bônus de Subscrição após a 1ª Data de Corte prevista no **item (i)** acima não farão jus ao direito de preferência relativo ao Aumento de Capital – Novos Recursos.

O preço de exercício de cada Bônus de Subscrição será de R\$ 0,039505, calculado com base na cotação do dólar fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, na seção “Cotações e Boletins”, opção “Cotações de fechamento de todas as moedas em uma data”, em seu website, em 02 de outubro de 2018.

A Companhia esclarece, ainda, que a divulgação das informações do Anexo 30-XXXII da Instrução CVM nº 480/09, em relação ao Aumento de Capital – Novos Recursos, ocorrerá oportunamente, após a reunião do Conselho de Administração que aprovar o Aumento de Capital – Novos Recursos.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento do assunto objeto deste Fato Relevante.

A Oferta de Direitos (*Rights Offering*) proposta será realizada a titulares de valores mobiliários nos Estados Unidos e outras jurisdições fora do Brasil, somente por meio de prospecto. Uma cópia do prospecto, quando disponível, poderá ser obtida junto a:

D.F. King & Co., Inc.
48 Wall Street
Nova York, NY 10005
Telefone [bancos e corretoras]: +1 [212] 269-5550
Telefone [outros]: +1 [800] 628-8536
E-mail: oi@dfking.com

Uma declaração de registro relacionada à proposta de venda de Ações Ordinárias e ADSs na Oferta de Direitos prevista foi protocolada junto à *U.S. Securities and*



Exchange Commission, mas ainda não se tornou efetiva. As novas Ações Ordinárias e ADSs não poderão ser vendidos e tampouco poderão ser aceitas ofertas para comprá-los, até que a declaração de registro se torne efetiva. Este Fato Relevante não constitui uma oferta para vender ou uma solicitação de oferta para comprar tais valores mobiliários, nem deverá haver qualquer venda dos mesmos, em qualquer estado ou jurisdição em que tal oferta, solicitação ou venda seja considerada ilegal antes do registro ou qualificação, nos termos da legislação de valores mobiliários de tal estado ou jurisdição.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2018.

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Nota Especial com relação a Declarações Prospectivas:

Este Fato Relevante contém declarações prospectivas. Declarações que não sejam fatos históricos, incluindo declarações crenças e expectativas da Oi, estratégias de negócios, futuras sinergias e economia de custos, custos futuros e liquidez futura são declarações prospectivas. As palavras “será”, “deverá”, “deveria”, “poderia”, “antecipa”, “pretende”, “acredita”, “estima”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “metas”, “objetivo”, “projetos”, “aponta” e expressões similares, caso estejam relacionadas à Oi, destinam-se a identificar declarações prospectivas e estão sujeitas a vários riscos e incertezas. Tais declarações são baseadas em diversas premissas e fatores, incluindo condições gerais de economia e de mercado, condições industriais, aprovações societárias, fatores operacionais e outros fatores. Quaisquer mudanças em tais premissas ou fatores poderiam causar diferenças materiais entre os resultados atuais e expectativas atuais. Todas as declarações prospectivas atribuíveis à Oi ou a suas afiliadas, ou pessoas atuando em seu nome, são expressamente qualificadas em seu todo pelos avisos cautelares estabelecidos neste parágrafo. Não deve ser depositada confiança indevida nessas declarações. As declarações prospectivas valem apenas a partir da data em que foram feitas. Exceto se exigido na legislação federal de valores mobiliários do Brasil ou dos EUA ou nas regras e regulação da CVM, da SEC ou de entidades reguladoras de outros países aplicáveis, a Oi e suas



afiliadas não possuem qualquer intenção ou obrigação de atualizar ou publicamente anunciar os resultados de quaisquer revisões de quaisquer declarações prospectivas para refletir resultados reais, eventos ou desenvolvimentos futuros, mudanças nas premissas ou mudanças em outros fatores que afetem as declarações prospectivas. No entanto, é aconselhável consultar outras divulgações feitas pela Oi sobre assuntos relacionados em relatórios e comunicações que a Oi archive perante a CVM e a SEC.